

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01/2023 - Janeiro e Fevereiro de 2023



04

Boletim Informativo - CAOPAM

05

Notícias do MPBA - Portal da transparência obtém conceito máximo do CNMP

06

Notícias do MPBA - Prefeitura e Câmara de Vereadores de Bom Jesus da Lapa são recomendadas a adequar Portal Transparência

06

Notícias do MPBA - MP recomenda que Município de Conceição do Jacuípe regularize registro de frequência de servidores da saúde

07

Notícias do MPBA - MP recomenda à Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde regularização de cargos comissionados

07

Notícias do MPBA - MP faz recomendação ao prefeito de Macaúbas após casos de nepotismo

07

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de São Desidério suspensão de processo seletivo simplificado

08

Notícias do MPBA - Lauro de Freitas deverá realizar concursos para a Secretaria de Saúde e salva-vidas

08

Notícias do MPBA - Audiência debaterá impactos de extinção de cargos em Madre de Deus



ÍNDICE

08

Notícias do MPBA - MP recomenda que Rafael Jambeiro use critério do TCU para cálculo de licitações

09

Notícias do MPBA - Reunião discute trabalho de combate à sonegação fiscal do Gaesf

09

Notícias do MPBA - Operação do Gaeco e Polícia Civil cumpre oito mandados de prisão no Norte do estado

10

Notícias do STF

12

Notícias do STJ

13

Expediente

Prezados colegas,

Apresento a primeira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2023. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



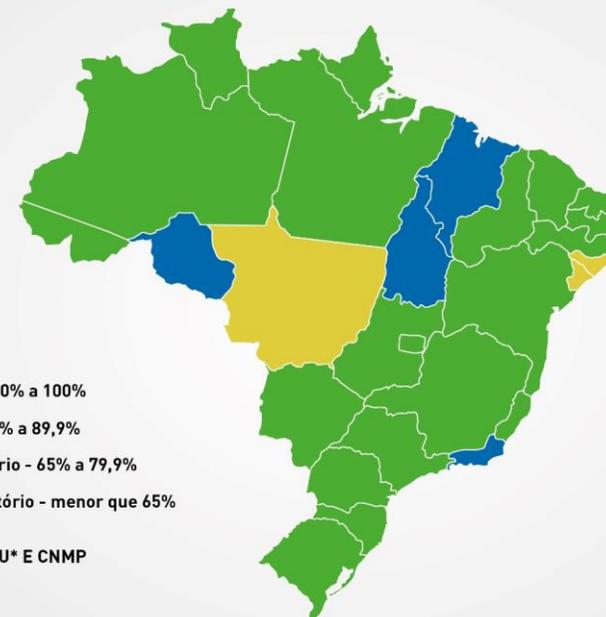
Portal da transparência obtém conceito máximo do CNMP

O portal da transparência do Ministério Público do Estado da Bahia obteve conceito máximo do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e foi avaliado como “ótimo” pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do órgão colegiado. O conceito é obtido pelos portais que atendem de 90% a 100% dos itens exigidos. O MP baiano atingiu 98,9% de transparência, estando em conformidade com “os padrões mais elevados de acessibilidade e normas vigentes”. O resultado da análise do Conselho foi divulgado na última terça-feira, dia 14.

A análise dos portais foi referente ao segundo semestre de 2022 e teve por base os parâmetros definidos na 5ª edição do Manual do Portal da Transparência, aprovada e lançada em 14 de setembro de 2021. A atualização do Manual acrescentou 206 itens a serem implementados, que resultaram do diálogo e da abertura para contribuição de todas as entidades do Ministério Público brasileiro. Segundo o CNMP, as maiores alterações decorreram das mudanças exigidas pela nova lei de licitações.

[+ Veja mais](#)

Comissão de Controle Administrativo e Financeiro **DIAGNÓSTICO DA TRANSPARÊNCIA** 2º semestre de 2022



RAMOS DO MPU* E CNMP

- CNMP
- MPF
- MPM
- MPT

*O MPDFT está representado no mapa

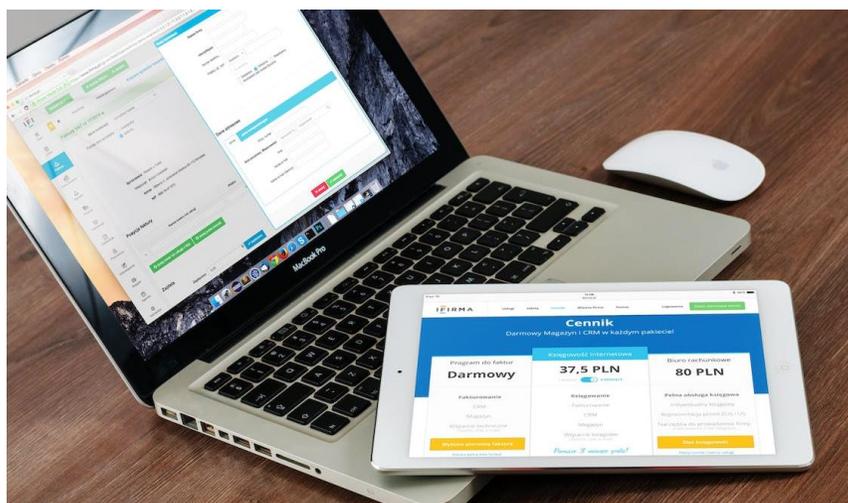




Prefeitura e Câmara de Vereadores de Bom Jesus da Lapa são recomendadas a adequar Portal Transparência

O Ministério Público estadual recomendou ao prefeito de Bom Jesus da Lapa, Fábio Nunes Dias, e ao presidente da Câmara de Vereadores, Eduardo Rêgo Filho, que realizem a implementação plena, nos sítios eletrônicos da Prefeitura e do Legislativo Municipal, do Portal Transparência. A orientação, do promotor de Justiça Paulo Victor Zavarize, é para que as adequações sejam efetivadas no prazo de 120 dias. Ele também recomendou a implantação do serviço de informações ao cidadão nos sítios eletrônicos do Executivo e do Legislativo. [...]

[+ Confira](#)



MP recomenda que Município de Conceição do Jacuípe regularize registro de frequência de servidores da saúde

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Paola Maria Gallina, recomendou ao Município de Conceição do Jacuípe que providencie a instalação e o funcionamento regular de registro eletrônico de frequência dos servidores públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), em especial dos médicos e odontólogos. A recomendação, expedida no dia 27, é dirigida à prefeita e ao secretário de Saúde do Município, e propõe ainda a instalação, em local visível das salas de recepção de todas as unidades públicas de saúde [...]

[+ Veja mais](#)



MP recomenda à Câmara de Vereadores de São Francisco do Conde regularização de cargos comissionados

O Ministério Público estadual recomendou ao presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Conde ontem, dia 12, que anule, no prazo de três meses, todos os provimentos de cargo em comissão que não se adequem aos requisitos constitucionais e aos pressupostos estabelecidos pelo Supremo [...]

[+ Continue lendo](#)

MP faz recomendação ao prefeito de Macaúbas após casos de nepotismo

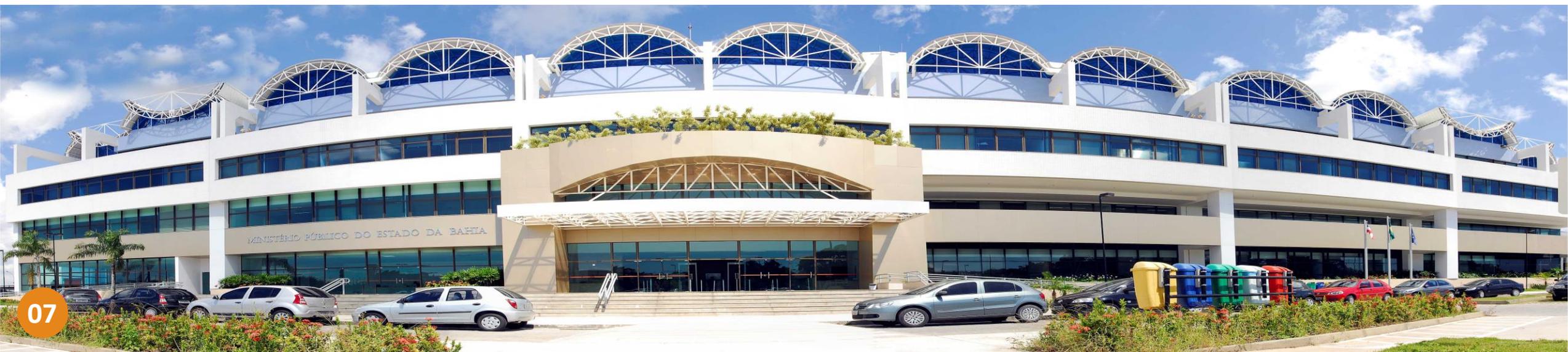
O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Victor Teixeira Santana, recomendou ao prefeito de Macaúbas que sejam anulados, em até 15 dias, as nomeações de todos os ocupantes de cargos políticos não eletivos, cargos em comissão e funções de confiança ou contratados temporariamente que configurem nepotismo. [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda ao Município de São Desidério suspensão de processo seletivo simplificado

O Ministério Público estadual recomendou na última terça-feira, dia 17, ao Município de São Desidério que suspenda o processo seletivo simplificado nº 001/2023 para a contratação de servidores temporários pelo prazo de 30 dias. Além disso, o Município não deve celebrar novos contratos já pactuados com candidatos aprovados nos processos [...]

[+ Prossiga](#)





Lauro de Freitas deverá realizar concursos para a Secretaria de Saúde e salva-vidas

O Ministério Público estadual firmou ontem, dia 16, dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Lauro de Freitas a fim de garantir a realização de concursos públicos para a contratação de servidores para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Grupamento de Salvamento Aquático. Segundo a promotora de Justiça Ivana Silva Moreira, as vagas preenchidas pelos concursos deverão substituir os contratos temporários vigentes. Conforme o termo assinado para o concurso da Secretaria de Saúde, serão disponibilizadas vagas para nível médio, técnico e superior. A Prefeitura se comprometeu a divulgar [...]

[+ Continue lendo](#)



Audiência debaterá impactos de extinção de cargos em Madre de Deus

Os impactos da extinção de cargos, feita por meio da Lei nº 783/2022, no Município de Madre de Deus, serão debatidos durante audiência pública que será realizada pelo Ministério Público estadual na próxima terça-feira, dia 28. A audiência acontecerá a partir das 14h, no plenário da Câmara Municipal de Madre de Deus. Foram convidados o prefeito do Município, presidente da Casa Legislativa, representantes do Tribunal de Contas dos Municípios e do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Madre de Deus. [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda que Rafael Jambeiro use critério do TCU para cálculo de licitações

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho Luz da Rocha, recomendou que o Município de Rafael Jambeiro passe a adotar o critério fixado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo da inexequibilidade de licitação. O promotor de Justiça recomendou que seja suspensa a prorrogação do contrato relativo ao pregão 022/2021, por conta da irregularidade do parâmetro utilizado para definição do vencedor. O MP recomendou ainda que o Município pratique todos os atos administrativos necessários à suspensão e anulação do contrato relativo ao pregão e que, caso seja considerado conveniente e oportuno, seja realizado um novo certame com o mesmo objetivo. [...]

[+ Leia mais](#)



Reunião discute trabalho de combate à sonegação fiscal do Gaesf

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, acompanhada dos promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de gabinete, e Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), visitou na manhã desta quarta-feira, dia 1º, a sede do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf). Na ocasião, a chefe do MP baiano ressaltou a importância das ações realizadas pelo grupo no combate à sonegação fiscal. [...]

[+ Continue lendo](#)



Operação do Gaeco e Polícia Civil cumpre oito mandados de prisão no Norte do estado

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), e a Polícia Civil deflagraram na manhã desta quinta-feira, dia 2, uma operação que culminou no cumprimento de oito mandados de prisão em municípios do Norte do estado. Entre os presos pela “Operação Internal Cleaning”, estão três servidores da Polícia Civil. A operação foi desencadeada em decorrência de investigação da Polícia Civil da Bahia, com o apoio do Gaeco, que identificou a existência de uma organização criminosa. Os órgãos apuram a atuação da organização nas cidades de Remanso, Pilão Arcado, Juazeiro, Campo Alegre de Lourdes e Petrolina (PE). Participaram da ação de hoje equipes do Gaeco, da Corregedoria da Polícia [...]

[+ Veja mais](#)

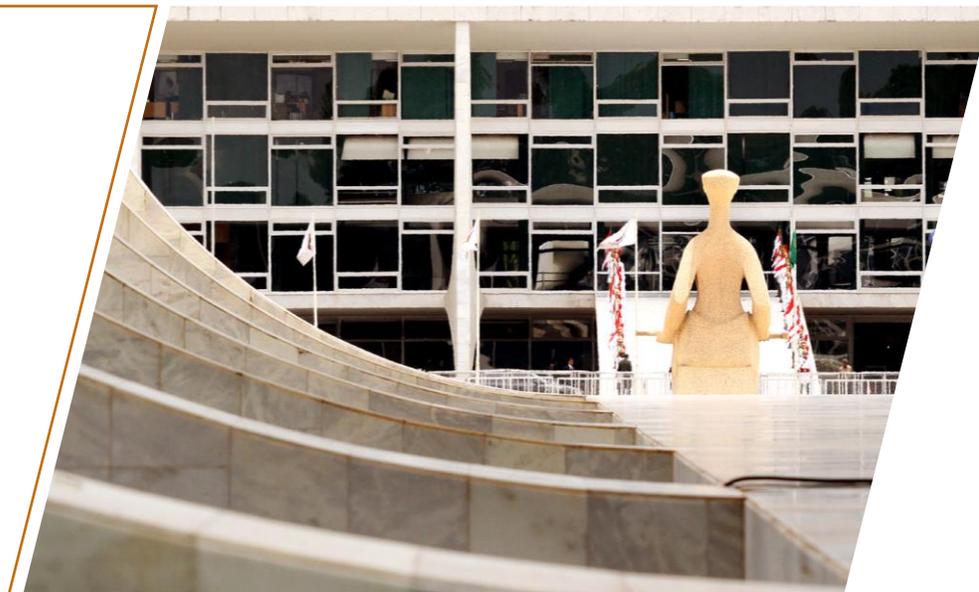


EC 20/1998 e acumulação de pensões civil e militar - RE 658.999/SC (Tema 627 RG)

RESUMO: Não há qualquer obstáculo ao recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte se eles decorrerem de cargos acumuláveis, expressamente previstos no art. 37, XVI, da Constituição Federal.

A vedação de acumulação de aposentadorias e pensões contida na parte final do art. 11 da EC 20/1998 não incide [...] [+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1080/2023 - Brasília, 03 de fevereiro de 2023



Nulidade do vínculo de servidor estadual com a Administração Pública mineira e pagamento de férias-prêmio - RE 1.400.775/MG (Tema 1.239 RG)

RESUMO: A indenização a título de férias-prêmio não é devida aos servidores estaduais que tiveram seu vínculo com a Administração Pública — firmado com fundamento na Lei Complementar 100/2007 do Estado de Minas Gerais — anulado em virtude do julgamento da ADI 4.976/MG pelo Plenário do STF. [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1080/2023 - Brasília, 03 de fevereiro de 2023



Servidores públicos estaduais e municipais: filho com deficiência e jornada reduzida - RE 1.237.867/SP (Tema 1.097 RG)

RESUMO: Por analogia, aplica-se aos servidores públicos estaduais e municipais que são pais ou cuidadores legais de pessoas com deficiência o direito à jornada de trabalho reduzida, sem necessidade de compensação de horário ou redução de vencimentos, nos moldes previstos para os servidores públicos federais na Lei 8.112/1990 (1). [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1080/2023 - Brasília, 03 de fevereiro de 2023



Terço constitucional de férias: incidência sobre a remuneração relativa à totalidade do período de duração do descanso previsto em lei - RE 1.400.787/CE (Tema 1.241 RG)

RESUMO: O art. 7º, XVII, da CF/1988 assegura ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sem limitar o tempo da sua duração, razão pela qual esse adicional deve incidir sobre todo o tempo de descanso previsto em lei. [...]

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1080/2023 - Brasília, 03 de fevereiro de 2023



Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar - PAD. Conduta escandalosa na repartição. Art. 132, V, parte final, da Lei n. 8.112/1990. Pena de demissão. Aplicabilidade.

DESTAQUE: A conduta de filmar, por meio de câmera escondida, alunas, servidoras e funcionárias terceirizadas caracteriza a infração de conduta escandalosa, prevista no art. 132, V, parte final, da Lei n. 8.112/1990, o que atrai a pena de demissão do servidor público. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0764/2023 - Brasília, 28 de fevereiro de 2023



Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Juliano Batista de Oliveira



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui